



**REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE HISTÓRIA.COM  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

**A REVOLTA DOS SARGENTOS E SUBOFICIAIS DE 1963 ATRAVÉS  
DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA – UMA BREVE ANÁLISE  
CRÍTICA**

Ms. Durval Augusto da Costa Neto<sup>1</sup>

**Resumo**

Este artigo objetivou fazer uma análise crítica aos livros didáticos de História para o Ensino Médio no tocante a questão da revolta dos sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha em setembro de 1963. A proposta básica foi de perceber nas edições didáticas selecionadas, a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2005 e 2007, se houve exclusão, ou se houve compressão do relevante movimento social e político articulado por sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha naquele ano de 1963. Como se sabe esse movimento de sargentos e suboficiais ocorreu em função da decisão do Superior Tribunal Federal em anular a participação na Câmara Federal daqueles sargentos e suboficiais que haviam sido eleitos democraticamente.

**Palavras-chave:** Memória. História. Livro didático.

**“A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”**  
Milan Kundera<sup>2</sup>

O trabalho que aqui se inicia tem por proposta básica analisar minimamente, de modo crítico, a questão da revolta dos sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, ocorrida no dia 12 de setembro de 1963, através de livros didáticos de história do Ensino Médio.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira na linha de pesquisa *“Ideologia e Política”* cuja dissertação, intitulada *“A Voz do Trabalhador”: os congressos operários de 1906, 1913 e 1920 através da imprensa anarquista*, foi aprovada em 2 de dezembro de 2013. Também é professor de história do Ensino Médio. e-mail: Durval\_augustodacostaneto@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Milan Kundera é um importante escritor, musicólogo e pianista tcheco. Envolveu-se em movimentos sociais e políticos como, por exemplo, na Primavera de Praga de 1968. Foi membro do Partido Comunista tcheco, do qual foi expulso por duas vezes, engajou-se em movimentos contra o totalitarismo soviético organizando um levante reformista. Autor da renomada obra *A insustentável leveza do ser* de 1983.

Para este fim utilizei pelo menos quatro livros didáticos de História Geral escritos recentemente, que contém, cada qual, a História do Brasil inserida, como fontes na expectativa de perceber como estas publicações tratam (se é que tratam) da questão da revolta dos sargentos e suboficiais tal como ficou registrado nos anais da nossa história política e social.

As publicações didáticas utilizadas para este artigo e que foram incluídas, isto é, aprovadas, nos respectivos Programas Nacionais do Livro Didático (doravante PNLD) dos anos de 2005 e 2007, são: "Horizontes da História" (2005) dos autores, Marlene Ordoñez e Julio Quevedo; "Nova História Crítica" (2005) de Mário Schmidt; "Por Dentro da História" (2007) dos autores Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes; e "História" (2007) de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Todos são volumes únicos – o que já é um grande problema - que englobam "toda" a história humana.

Os autores dessas obras optaram pela metodologia da história estrutural<sup>3</sup> na qual a história da civilização brasileira se insere em momentos apropriados de acordo com a sequência.

O processo de seleção das obras didáticas não foi aleatória. Preocupei-me em selecionar algumas obras escritas e publicadas, que constassem na lista de avaliação dos PNLDs de 2005 e 2007 e que tenham passado pelo crivo dos avaliadores da área de história que fazem parte do programa. Portanto, preocupei-me com critérios de escolha que abrangessem desde a abordagem, com as respectivas propostas teórico-metodológicas, até bibliografia utilizada pelo(a) autor(a), ou pelos autores.

A respeito do livro didático, as autoras Sonia Regina de Miranda e Tania Regina de Luca, afirmam

Contrariamente à apreensão predominante no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber [...], como também sua utilização pode ensejar práticas de leituras diversas.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> A História Estrutural teve início com Fernand Braudel, quando este historiador assumiu a direção da Revista dos *Annales*. Através de seu texto *História e Ciências Sociais. A longa duração*, Braudel instituiu a história da longa duração na historiografia francesa e mundial. Em outra obra, intitulada *O Mediterrâneo*, o historiador apresentou um estudo sobre a economia e sociedade no mundo mediterrâneo, ancorado nas relações do homem com o meio, a partir de uma análise das diversas temporalidades. Desta forma Fernand Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na teoria da história tornando-se um marco historiográfico que foi seguido por muitos adeptos da longa duração em história.

<sup>4</sup> MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD*. Artigo. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 48 jul-dez, 2004. p. 124.

A afirmação acima deixa claro que a função do livro didático, de qualquer disciplina, não se restringe apenas a uma norma tendo em vista que o campo da sua produção vincula-se a variantes do saber, por meios didáticos, que permite uma diversidade de leituras possíveis acerca dos objetos de estudos que nos livros didáticos contém. Portanto, muito além do papel normativo que cumprem, os livros didáticos são produtos culturais de uma dada e pensada realidade social em construção.<sup>5</sup>

Em tratando-se de livros didáticos da disciplina história, há um consenso entre técnicos da equipe de história do PNL D e de pesquisadores do ensino da história, de que inúmeros são os problemas que aparecem nas publicações dos manuais da referida disciplina. Problemas tais como: defasagem teórico-metodológica; o anacronismo, muitas vezes com presença marcante; a tendência de se analisar o processo histórico pelo olhar dos grupos dominantes; ou, como mais recentemente vem ocorrendo, análises privilegiando apenas os vencidos, as classes populares, os marginalizados etc. por conta das influências teóricas thompsoniana da “história vinda de baixo”.<sup>6</sup>

Porém, entre os inúmeros problemas encontrados nos livros didáticos de história, existem dois que me parecem insuperáveis e que se relacionam com os demais problemas: de serem os livros didáticos de história instrumentos mutiladores dos processos históricos ignorando, ou suprimindo, aspectos importantes e fundamentais para a compreensão pelos mais jovens daquele determinado período histórico ensinado, e a redução de certos fatos históricos importantes dentro de um contexto analisado a ponto de transparecer que foram meros momentos que não possuem qualquer relevância o que, também, prejudica deformando a produção do conhecimento necessária à formação das gerações mais novas que acabam construindo uma visão desinteressante e acrítica a respeito do objeto estudado.

Para entendermos melhor as duas problemáticas apontadas acima que são comuns nos livros didáticos de história, iniciemos nossa análise a partir da criação

---

<sup>5</sup> Para melhor compreender esta questão ver em CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>6</sup> O modelo historiográfico thompsoniano divulgado através da obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* em que o historiador analisou o processo de formação social do operariado inglês anteriormente ao advento da Revolução Industrial e com esta, um novo campo historiográfico foi aberto e definido com teoria e metodologia próprias centrando as análises nos grupos dominados ou marginalizados. No Brasil este modelo chegou na década de 1980 tornando-se o campo de atuação de inúmeros historiadores que começaram a produzir trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) privilegiando os marginalizados, ou os esquecidos, da história nacional.

do PNLD compreendendo-o como uma iniciativa governamental para melhor selecionar e distribuir os livros didáticos nas escolas de ensino público.

Em 1985 o governo federal criou o PNLD. Essa iniciativa se deve, principalmente, pela retomada da construção democrática no país depois de 21 anos de ditadura militar. Desde o início o programa realiza avaliações sistemáticas, a cada 2 anos, dos livros didáticos produzidos objetivando a seleção e avaliação dos mesmos os quais, uma vez avaliados e aprovados pelas Comissões Técnicas, são distribuídos às escolas da rede pública de ensino básico.

Uma característica marcante dessa iniciativa foi à incorporação de docentes acadêmicos no processo de escolha dos materiais didáticos, aspecto este que não ocorria em períodos anteriores, antes da existência do PNLD.

A incorporação de professores acadêmicos, numa ponta, e de professores de estabelecimentos de ensino básico, na outra ponta, nos quadros do programa foi um grande passo dado em direção à democratização da educação pública nacional porque estes profissionais do ensino no país são os mais indicados para trabalharem no processo seletivo e avaliativo dos livros didáticos já que lidam em seu dia a dia com as múltiplas realidades nos diversos estabelecimentos de ensino público acadêmico e de educação básica.

Porém, como em todo e qualquer processo de democratização, essa incorporação foi lenta e gradual, sistêmica, acarretando diversos problemas gerando tensões entre instâncias governamentais responsáveis pelas novas iniciativas educacionais. Sobre isso conforme afirmam Sonia Regina e Tania de Luca

Marco na política em relação aos materiais didáticos foi à criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. A partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha.<sup>7</sup>

As duas autoras, que pertencem ao programa fazendo parte da Comissão Técnica de história, concordam que no tocante às relações entre instâncias governamentais que são responsáveis pelo setor educacional do país, no caso o PNLD e o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, braço administrativo e executor e responsável pela escolha dos livros, compra e distribuição das obras didáticas – problemas tem surgido e que “carecem de equacionamento sistemático e

---

<sup>7</sup> MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. *Op. Cit.* p. 126.

se apresentam como um desafio a ser enfrentado pelos gestores de das políticas públicas.”<sup>8</sup>

Contudo, somente em 1996 é que se iniciou efetivamente a avaliação pedagógica dos livros didáticos. Processo igualmente marcado por tensões e conflitos de interesses por parte de seus agentes estipulou-se que a aquisição de obras didáticas, utilizando verba pública, passaria a estar sujeita à inscrição e avaliações previamente seguindo as regras estipuladas em edital próprio.<sup>9</sup>

Desta forma de um programa para outro os critérios foram se aprimorando através da incorporação de múltiplos olhares, leituras e críticas apresentadas ao programa e aos parâmetros de avaliação.

No caso da disciplina história o PNLD de 2005, por exemplo, que começou a avaliar os materiais didáticos (de todas as disciplinas) por blocos (coleções), as preocupações centrais dos membros da área técnica de história era quanto à metodologia de ensino da disciplina e metodologia de aprendizagem. A razão desta dupla preocupação pauta-se em dois aspectos distintos, porém, articulados: a diversidade que os livros didáticos apresentam e isso implica na lógica teórico-metodológica utilizada nas obras e a questão da história seqüencial, ou “história total”<sup>10</sup>, com a qual normalmente se trabalha nos estabelecimentos de ensino regular.

Analisando essa questão das preocupações fulcrais que possuem os membros da área técnica de história do PNLD, as autoras Sonia Miranda e Tania de Luca, afirmam que, apesar dos problemas, avanços significativos tem se alcançado nos quesitos exclusão e classificação das obras didáticas da disciplina em questão. Segundo estas autoras

Na área de História é patente a transformação: de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro em que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores, em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática. Nos vários editais e nos Guias publicados, tais critérios têm sido exaustivamente repetidos: existência de erros de informações, conceituais ou de desatualizações graves; veiculação de preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e, por último, verificação

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.* p. 127.

<sup>10</sup> “História Total” é aquela que se relaciona com “a ideia de História como totalidade estruturada, regida por leis, desenvolvendo-se ao longo de uma temporalidade linear segundo uma direção ou sentido racionalmente inteligíveis.” In: FALCON, Francisco José Calazans. *Historicismo: antigas e novas questões*. História Revista, 7 (1/2): 23-54, jan./dez. 2002. p. 27. Sobre esta questão da “História Total”, ver também BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP. 1992.

de incoerências metodológicas graves entre a proposta explicitada e aquilo que foi efetivamente realizado ao longo da obra.<sup>11</sup>

Em artigo escrito sobre livros didáticos e historiografia, Luiz Carlos Bento considera que a produção literária desses materiais deve estar necessariamente articulada com as novas tendências historiográficas.

Segundo o autor

A grande questão que sempre se fez presente em nossas análises é a de avaliar se os livros didáticos aprovados pelo PNLND [...] estão atualizados com as tendências atuais da historiografia. Esta questão se faz necessária para compreendermos se as coleções didáticas trabalhadas nas escolas conseguem apresentar um conceito de história, que aproxime o conhecimento da realidade histórica do aluno, demonstrando o caráter histórico e sociológico de todos os indivíduos. Esta questão é fundamental, pois descaracteriza a noção de uma história como verdade sacralizada e introduz uma noção de verdade histórica como produção humana, condicionada no tempo e espaço, abrindo lugar para a compreensão da exploração de classes e da existência de minorias étnicas e culturais, assim como para a valorização do cotidiano, das mentalidades e das representações que são elementos essenciais na constituição de sentido da realidade histórica de qualquer povo.<sup>12</sup>

A reflexão proposta pelo autor indica esta preocupação com o conceito de história que os manuais didáticos devem apresentar, logo de início, já serve para inculcar nos educandos a ideia de que são sujeitos da história e, por isso, também fazem história. Isto é, a constroem juntamente com outros indivíduos.

Isso por si só já é um grande desafio porque normalmente existem variadas formas conceituais de história elaboradas entre as quais devem os autores de livros didáticos fazer suas respectivas opções, aquela que melhor atenda sua formação acadêmica, porém, sem esquecer de que é necessário também pensar em como tornar o conceito optado em algo que os educandos entendam e se insiram na qualidade de construtores da história.

Para Luiz Carlos Bento isso só é possível quando anteriormente à produção didática, há por parte dos autores uma

reflexão teórica mais abrangente sobre as próprias possibilidades da ciência da história, refletindo sobre sua importância e seu lugar no mundo, como instância constituinte de sentido para a vida humana através da

<sup>11</sup> MIRANDA, Sonia; LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.* p. 127-128.

<sup>12</sup> BENTO, Luiz Carlos. *Livros Didáticos e Historiografia: um debate acerca do conceito de História produzido pelos livros didáticos, entre 2001 e 2005*. Artigo publicado na Revista GEPHEGO On-line. Jussara, GO ano I, n. 1, jan./jun. 2008. p. 55.

análise, da compreensão e da elaboração de narrativas, constituidoras de sentido para a vida dos homens em sociedade.<sup>13</sup>

Portanto, para Luiz Carlos Bento, fazer a distinção entre história e passado é indispensável para os autores de livros didáticos porque sendo o passado um acúmulo de experiências humanas que transcorreram ao longo da evolução, história “é um discurso que toma o passado humano como objeto de suas reflexões, mas que é incapaz de representá-lo em sua integralidade.”<sup>14</sup> Isto é, o discurso histórico é uma elaboração narrativa do passado obedecendo determinadas concepções teóricas, metodológicas e, também, ideológicas e, nesse caso, esse discurso histórico deve necessariamente permitir a inserção dos educandos no processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, os livros didáticos de história deixam de ser manuais meramente informativos, que não conseguem valorizar o conhecimento histórico em seu aspecto construtivo, e passam a ser vistos como instrumentos que valorizam o conhecimento histórico porque os educandos começam a identificar a si mesmos nos processos históricos ensinados.

Uma outra questão importante que se relaciona diretamente com a problematização dos livros didáticos em história e o ensino desta disciplina às gerações mais jovens, diz respeito à memória. A historiografia, de modo geral, vem discutindo muito acerca da memória e da ausência desta. Assim como, memória coletiva, memória individual que também estão presentes nas reflexões dos historiadores.<sup>15</sup>

Tem sido foco de debate historiográfico aspectos referentes à memória, porque se relaciona com a construção da narrativa histórica daquilo que se deseja manter, ou restaurar, ou daquilo que se quer esquecer. Segundo Le Goff

Se memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade.

<sup>13</sup> BENTO, Luiz Carlos. *OP. Cit.* p. 55.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Existe uma vasta bibliografia sobre a questão da memória na historiografia nacional e estrangeira. Aqui listo apenas algumas referências de importância para se compreender como a historiografia tem tratado do tema memória. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002; CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1998; BURKE, Peter. *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992; ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992; BASTIDE, Roger. *Os problemas da memória coletiva*. In: *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, ed. Pioneira, 1989.

Os abusos da história só são um fato do historiador, quando este se torna um partidário [...].<sup>16</sup>

Por conta disso, memória e esquecimento estão imbricados porque sofrem com a manipulação, pelas classes dirigentes, das informações elaboradas acerca do passado. Isto é, propositalmente cabe aos setores dominantes estabelecerem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido pela memória coletiva, no interesse em manter o **ethos** capitalista e com este o seu **status quo**.

No tocante à produção de livros didáticos de história uma série de fatores se processam e constituem os textos didáticos da referida disciplina. Fatores tais como: conceito de história; tempo histórico; nuances epistemológicas; e problemas a respeito da produção, apropriação, distribuição e consumo do material didático.<sup>17</sup>

Portanto, se para a historiografia há lugares de memória, porque não há mais memória, a memória presente nos livros didáticos de história é uma memória histórica, mediada, porque sofre intervenções de grupos dominantes a quem interessa ou preservar, ou esquecer este ou aquele fato histórico ocorrido.

Direcionando a partir de agora a nossa reflexão para o objeto de análise deste trabalho – a revolta de sargentos e suboficiais em 1963 no Brasil através dos livros didáticos de história – e sem abandonar o campo História e Memória, é fato que tal episódio ocorrido num período pré-golpe militar, vem sendo “esquecido” sistematicamente, ou, na melhor das hipóteses, aglutinado, nos livros didáticos da disciplina.

Em tempos democráticos tais como hoje vivenciamos, em que debates políticos, manifestações públicas contra ou a favor de governos, lutas por direitos e justiça, aparecimento e reconhecimento de novas profissões, da existência da Comissão da Verdade<sup>18</sup> entre outras inúmeras formas de conquistas democráticas que acontecem na sociedade civil e na sociedade política mais abertamente, ainda é impressionante os “esquecimentos” (propositais) e as aglutinações de fatos históricos relevantes nos livros didáticos de história no país. Nesse sentido parece que face aos

---

<sup>16</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. edição. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003. p. 32. APUD: SILVA, Ligiane Aparecida da; LIMA, Rosilene de. *Jacques Lê Goff: Estudo de conceitos em história da educação*. Artigo apresentado no IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR.

<sup>17</sup> FERRAZ, Ronaldo Oliveira; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S. *A Classe Trabalhadora no Livro Didático: Memória e História*. Artigo pelo Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. p. 6.

<sup>18</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011 por um Decreto Lei, porém instaurada em maio de 2012 com a finalidade de apurar graves violações dos Direitos Humanos ocorridos entre 18 de outubro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

avanços já realizados rumo a uma ordem democrática mais plena, o “vagão” da educação continua a estar, sempre, em último lugar no trem da democracia.

Importa chamar atenção que a análise aqui pretendida também tem o respaldo do texto de Jorge Ferreira intitulado “O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964” onde o autor faz uma minuciosa narrativa, muito rica, dos episódios fulcrais do período que antecedeu o golpe; isto é, do governo de João Goulart, chegando ao golpe propriamente dito.

A escolha do autor Jorge Ferreira, como único em quem me ancorei para as análises a seguir, se deve a dois fatores: o limitado espaço cujas normas não me permitiram trabalhar com outros igualmente importantes e que analisam este período significativo da nossa história política e a importância que o texto deste autor possui considerando sua narrativa, em dado momento do texto, acerca do movimento dos sargentos e suboficiais da aeronáutica e da marinha naquele ano de 1963, que destaca o fato propriamente dito atribuindo-lhe suma importância para se compreender o porquê do golpe levando à reflexão de que se tratou um movimento social e político que teve um caráter fortemente influenciador para a articulação dos golpistas da época.

Quer dizer, se considerarmos que o período que antecede o golpe civil-militar foi, no geral, uma correlação de forças antagônicas (direita x esquerda) que disputavam o poder naquele momento, pensando esta correlação de forças dentro da lógica da Guerra Fria, é factível pensarmos que as mobilizações, normalmente intituladas como de esquerda, ocorridas na sociedade civil, através das chamadas Frentes Parlamentares e Frentes Populares, a questão que envolve os sargentos e suboficiais das Forças Armadas, nos remete a perceber o golpe de 1964 como uma culminância, também, para evitar que dentro da organização das Forças Armadas ocorresse uma subversão considerada perigosa pelo alto comando das mesmas, assim como, pelos demais setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Jorge Ferreira explica que o movimento sócio-político realizado pelos sargentos e suboficiais contou com uma grande e negativa repercussão já que a área militar era o setor mais delicado do governo de Jango<sup>19</sup>.

Ora, por quê? Porque em períodos ditatoriais e democráticos anteriores a este que antecede o golpe de 1964, as Forças Armadas eram convocadas pelo Estado com objetivo de assegurar a ordem pretendida servindo às classes dirigentes que

---

<sup>19</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 370.

utilizavam as mesmas para suprimir, via repressão, os opositores. Sobre isso, conforme aponta José Maria Nóbrega

[...], é fundamental que as Forças Armadas estejam sob controle civil, ou seja, que o seu comando e suas atribuições técnico-administrativas estejam sob o controle dos civis [...]. Além disso, que as Forças Armadas sejam usadas para dirimir conflitos externos de ameaça a soberania nacional e, quando do seu uso interno, esteja sob o controle dos civis, que devem direcionar a política de segurança para a manutenção da lei e da ordem interna.<sup>20</sup>

Portanto na conjuntura pré-golpe uma organização politizada, vista como sediosa pelo alto comando militar, composta de sargentos e fuzileiros navais - o Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil cuja sede era em Brasília onde o movimento rebelde foi mais intenso – manifestava-se autônoma chegando a aderir a campanha pelas reformas de base acarretando, inclusive, uma aproximação das esquerdas à associação ampliando as desconfianças dos setores conservadores quanto ao governo Jango ser tendenciosamente esquerdista.

A causa dos sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha consistia na defesa pelo direito destes se candidatarem a cargos no legislativo, concorrendo em eleições, contrariando a decisão do Superior Tribunal Federal em manter a inelegibilidade dos subalternos das Forças Armadas conforme determinava a Constituição de 1946.

Os sargentos que haviam sido democraticamente eleitos em 1962, para a nova composição da Câmara, tiveram seus mandatos suspensos por decisão do tribunal. Isso certamente agravou, por um lado, as relações entre subalternos e superiores e, também, com os grupos dirigentes civis e, por outro lado, estreitou as relações entre aqueles (militares subalternos) com o presidente Jango que, naquele momento, angariava forças políticas e sociais para seu projeto de reformas.

Essa situação de conflito gerada entre sargentos, suboficiais e o alto comando das Forças Armadas e mais grupos conservadores, indicava algo mais preocupante: o possível desencadeamento de uma insurreição popular armada em âmbito nacional objetivando a tomada do poder pelas armas.<sup>21</sup> É importante salientar que a causa dos sargentos e suboficiais das Forças Armadas conseguiu conquistar o apoio tanto

<sup>20</sup> NÓBREGA, José Maria. *Segurança Pública e Democracia: o uso das Forças Armadas nas operações do Rio de Janeiro em 2010*. In: *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 3, no. 1, janeiro de 2011. p. 17.

<sup>21</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p. 370.

dos grupos da esquerda mobilizada quanto de camadas populares o que fortalecia suas demandas.<sup>22</sup>

Porém, mesmo tendo sido enfraquecido e derrotado o movimento dos sargentos e suboficiais, não significa que houve uma acomodação por parte dos grupos conservadores dirigentes. Para estes ficou uma questão pairando que os assombrava: se um grupo de suboficiais e subalternos, considerados pelos superiores e pela direita conservadora como mal articulados e sem muita organização para um levante, conseguiram tomar a capital da República, o que poderia ocorrer se a rebelião fosse liderada por oficiais simpatizantes de Jango?

No tocante as fontes que utilizei, portanto, a começar pelo “Horizontes da História”, na unidade III, intitulado “Brasil contemporâneo”, os autores comprimem 120 anos de história política em 10 capítulos. No capítulo 23, que trata do populismo - um termo em desuso na recente historiografia<sup>23</sup> - e de seu colapso, a revolta dos sargentos e suboficiais se quer é mencionada.

A retórica utilizada pelos autores foi de privilegiar os interesses conservadores das elites, citar o plebiscito de 1963 de Jango e afirmar o colapso do populismo para explicar o porque do golpe. Nesse caso, portanto, os autores suprimiram o ocorrido dentro do âmbito militar não lhe dando a menor ênfase. Ao mencionar sobre os militares, dão a entender que havia uma unidade entre os mesmos que combatiam o perigo vermelho. Isto é, fazem uma leitura de que as Forças Armadas eram um bloco monolítico e que foram, mais uma vez convocadas para defenderem a ordem, servindo às classes dirigentes.

O “Nova História Crítica”, seu autor, enquadrrou genericamente a correlação de forças antagônicas (direita X esquerda) no contexto da luta de classes como se todos os conservadores, incluindo setores médios urbanos, como de direita e todos os nacionalistas, incluindo as Frentes Parlamentares e Frentes Populares, assim como, sindicatos, outras organizações operárias, a UNE, como uma esquerda monolítica em sua luta contra o golpismo de direita. Também não há nenhuma menção, ou referência, ao movimento dos subalternos das Forças Armadas. Apenas afirma que os

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> O conceito de populismo tem sido criticado por historiadores e cientista sociais que tem percebido a polissemia que o termo obedece. Isto é, o uso do conceito de populismo gera imprecisões, fluidez de limites entre as tentativas de aproximação do modelo teórico que abarca do termo e as conjunturas históricas específicas em que tal “política de massas” ocorreu. Para compreender melhor sobre o revisionismo crítico a respeito do conceito populismo, ler: GOMES, Ângela de Castro. *Reflexões em torno de populismo e trabalhismo*. Varia História, Belo Horizonte, no. 28, p. 55-68, 2002. FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. p. 59-124; REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. p. 319-377 In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

militares, em geral, eram anticomunistas por um lado e por outro, se enojavam dos governantes corruptos, o que não esclarece nada a respeito do porque do golpe civil-militar, ou porque os militares se envolveram tão veementemente.

O “Por Dentro da História” o autor, na unidade IX no capítulo 61, intitulado “Brasil: experimentando a democracia”, também utiliza a expressão populismo conceitualmente para introduzir o período entre 1945 e 1964. Faz referências claras às benesses que o modelo capitalista que se desenvolveu no país trouxe a sociedade. Contempla muito resumidamente os problemas sociais e políticos que demarcaram a época, privilegiando mais os projetos econômicos e políticos das elites e quando menciona os militares os coloca num único bloco, privilegiando a Lei de Segurança Nacional em que, segundo o autor, estavam todos os militares ancorados e que a única divergência dentro das Forças Armadas foi aquela que determinou o grupo da Sorbonne e o grupo “linha dura” que era restrito ao alto comando das mesmas. Sobre a revolta dos sargentos e marinheiros, nenhuma menção. Mais uma vez houve supressão do fato tão importante.

Por fim, o quarto e último analisado, “História”, seus autores, igualmente ao anterior, seguindo a mesma linha de análise dos fatos, privilegiam o que era de interesse das elites conservadoras naquela conjuntura que antecedeu o golpe de 1964. Portanto, analisam a partir do ponto de vista das elites, colocando as classes sociais populares e operárias como inimigas da ordem burguesa. Também utilizam a expressão populismo para explicar o período e em relação aos militares apenas de que eram contra as reformas de base. Em nenhum momento os autores mencionam a revolta dos sargentos e suboficiais ocorrida em 1963.

Concluindo, podemos pensar que os quatro volumes analisados possuem muito mais uma visão elitista dos fatos ocorridos ou entre 1945 e 1964, ou entre 1960 e 1964, do que uma visão mais crítica e democrática que possa privilegiar não apenas aquilo que se quer perpetuar na memória coletiva, mas também o que deveria ser escrito e ensinado às gerações mais jovens para que pudessem compreender, por exemplo, porque atualmente existem tantos indivíduos comuns pertencentes as mais diversas categorias profissionais, público ou privado, concorrendo a vagas nas assembleias o que não restringe apenas aos velhos políticos de carreira.

Isto é, a revolta dos sargentos e suboficiais de 1963, com certeza, e eu estou convencido disto, colaborou, em sua época, para que, mesmo 21 anos depois, na retomada da construção democrática, sobretudo após a Constituição de 1988, os

direitos democráticos e políticos, pudessem ser estendidos a todos (como vem sendo) indistintamente de classe social ou profissão.